O pastoreio bovino na região das Missões: Rio Grande de São Pedro, 1828–1858

Leandro Goya Fontella*

Resumo: Neste texto busquei analisar a composição da pecuária bovina na região das Missões, área localizada na fronteira-oeste do Rio Grande de São Pedro, província do extremo sul do Brasil Imperial. A análise desenvolveu-se por meio do exame serial-quantitativo de inventários *post-mortem* abertos na Vila de São Borja entre os anos de 1828 e 1858. Por gerar maiores rendimentos, a pecuária *vacum* constituiu-se na principal atividade produtiva de tal espaço e caracterizou-se pela desigual distribuição do rebanho bovino pelo universo de produtores. Dentro de um quadro comparativo, verificou-se que o pastoreio bovino da zona das Missões era mais modesto do que aquele desenvolvido na região da campanha sul-rio-grandense e de maior envergadura do que o praticado na região do Planalto.
Palavras-chave: Pecuária. Gado *vacum*. Século XIX. Método serial-quantitativo. Inventários *post-mortem*.

Introdução

A anexação da região das Missões[1] às possessões luso-brasileiras, ocorrida ao longo das três primeiras décadas do século XIX, deu-se em meio à trajetória de definição dos limites fronteiriços na região platina, a qual vinha desdobrando-se desde meados do século XVIII. A conquista e a manutenção desta área geraram significativas transformações naquele espaço até meados do Oitocentos.

* Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Bolsista CAPES. E-mail: leandro-goya@hotmail.com.

Dentre estas, destaca-se o estabelecimento de uma matriz produtiva agropastoril ocorrida concomitantemente ao paulatino povoamento luso-brasileiro.

Como na maioria das áreas pastoris do Rio Grande de São Pedro, na região das Missões, a pecuária bovina constituiu-se na principal atividade produtiva. Em uma perspectiva comparativa, a pecuária bovina da zona missioneira era mais modesta do que a desenvolvida na região da Campanha, onde se encontravam os melhores campos para a atividade pastoril, porém, maior do que a praticada na região do planalto sul-rio-grandense.[2]

A produção de reses às charqueadas do leste da província tornava o pastoreio do gado *vacum* a atividade produtiva mais rentável. Ali desenvolveu-se também uma estrutura produtiva composta por poucos grandes estancieiros que concentravam a maior parte do rebanho e grandes extensões territoriais, além de uma ampla quantidade de criadores de poucos animais, mas que em sua maioria eram detentores de pequenos lotes de terras. Em suma, a distribuição do rebanho *vacum* deu-se de forma bastante desigual.

O artigo foi divido em duas seções. Na primeira, mostro que a criação de gado *vacum* era a mais importante atividade pastoril da região. Entre outros fatores, esta importância ficou expressa no significativo número de animais que compunham o rebanho bovino e na participação que representavam no patrimônio produtivo dos criadores. Na segunda seção, analiso a maneira desigual como o rebanho bovino era distribuído pela malha social, fator que contribuiu sobremaneira para a reprodução da aguda desigualdade socioeconômica da região. Por fim, reservamos um espaço para as considerações finais.

A importância do rebanho bovino

O exame em diferentes tipos de documentos vem demonstrando que a pecuária era a principal atividade produtiva da região das Missões. Por sua vez, entre os diferentes rebanhos, a criação de gado bovino era largamente predominante. Por meio de uma análise serial e qualitativa de 110 inventários *post-mortem*[3], o cotejo com outras

fontes e ainda a interlocução com a bibliografia pertinente ao tema, busquei identificar as inúmeras características da produção pecuária bovina na Vila de São Borja.

O primeiro procedimento utilizado foi realizar uma verificação da participação dos diferentes bens de produção no patrimônio produtivo descrito em cada inventário.[4] É importante esclarecer também que neste trabalho cheguei ao monte-mor de cada inventário através da soma dos bens de raiz, bens móveis e semoventes, que dividimos em animais e escravos. Neste cálculo, portanto, não consideramos as dívidas ativas, tampouco, as dívidas passivas.

Sob a alcunha de bens de raiz, estão a propriedades de terras, isto é, campos, matos, chácaras, sítios, terrenos nas povoações e demais extensões que se refiram à posse da terra, além das benfeitorias como arranchamentos, currais, mangueiras, potreiros, chiqueiros, cercados, arvoredos, casas, lavouras etc. Os bens móveis, que não serão considerados na análise subsequente, devido à sua quase sempre desprezível representatividade frente ao monte-mor, compõem-se de uma gama diversa de itens como os instrumentos agrícolas, utensílios de montaria, joias, objetos domésticos, vestuário etc. Os animais são todos os diferentes tipos de gados que foram descritos e avaliados. E, por fim, considero ainda os trabalhadores cativos, os quais representavam uma importante fatia do patrimônio produtivo dos proprietários daquela região.

Dito isso, passo a apresentação dos dados obtidos. Vejamos o quadro abaixo.

Quadro 1 – Composição do patrimônio produtivo (Vila de São Borja, 1828-1858)

	1828-1840	1841-1850	1851-1858	1828-1858
Rebanho Total	56%	38%	44%	43%
Rebanho Bovino	46%	28%	35%	34%
Bens de Raiz	21%	34%	36%	35%
Escravos	20%	24%	18%	20%

Fonte: Inventários *post-mortem* da Vila de São Borja (1828-1858) e do Distrito de São Patrício de Itaqui (1830-1858), Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (doravante, APERS).

Os valores apresentados no quadro 1 não deixam dúvidas de que, ao longo do período abordado, a pecuária em geral e a criação de gado *bovino* em específico mantiveram-se como as principais fontes de riqueza. Somente o pastoreio do rebanho *vacum* era responsável por cerca de um terço do patrimônio produtivo.

Os números averiguados sobre o rebanho total e bens de raiz não ficam distantes dos apresentados por Helen Osório. A autora mostrou que, entre 1765 e 1825, os animais compunham a maior fatia do patrimônio produtivo das estâncias, atingindo a marca de 41,3%, enquanto que as terras alcançaram 36,5% deste ([1999] 2007, p. 107), ao passo que, em São Borja, os índices do rebanho total e bens de raiz chegaram a 43% e 35%, respectivamente, entre 1828 e 1858. Porém, investigando as oscilações dos índices por meio de três intervalos no decorrer de seu recorte temporal, Osório percebeu que "[...] nos períodos de guerra, o primeiro (1765-1785) e o terceiro (1815-1825), o percentual de animais era superior ao de terras, ocorrendo o contrário no período de paz (o segundo, 1790--1810)" ([1999] 2007, p. 107).

Por sua vez, Farinatti apurou em quatro intervalos de dez anos, entre 1831 e 1870, que as terras foram constantemente aumentando sua fatia na composição do patrimônio produtivo: de cerca de 25% na década de 1830, passou a 36% no decênio seguinte, para 38% nos anos 1850 e, por fim, atingiu em torno 65% na década de 1860 ([2007] 2010, p. 157). Por sua vez, a evolução dos índices de animais oscilou bastante: de cerca de 53% nos anos 1830, caiu para 37% na década de 1840, chegando a 36% no decênio de 1850, caindo vertiginosamente para em torno de 18% na década de 1860 ([2007] 2010, p. 51).[5] O autor percebeu duas tendências opostas, enquanto as terras aumentavam sua fração na composição dos bens de produção, os animais perdiam espaço diante o patrimônio produtivo.

Graciela Garcia (2005), ao comparar a estrutura agrária de Alegrete em duas décadas distintas (1830 e 1870), constatou que o hectare de terra havia se valorizado em aproximadamente 800% no decorrer daqueles quarenta anos, enquanto que os rebanhos bovino e equino não alcançaram nem 100% de valorização, já os gados muares e ovinos sofreram com pequenas desvalorizações (p. 25).

A autora considera que boa parte dessa valorização se deveu à Lei de Terras de 1850, norma que entre outras coisas proibiu o apossamento simples das terras devolutas e exigia a "[...] medição de todas as terras sem título legítimo, independente da sua forma de aquisição, com o objetivo de discriminar terras públicas de privadas" (GARCIA, 2005, p. 25). Nesse sentido, como os dados expostos por Farinatti demonstram, parece que os efeitos da Lei de Terras não foram sentidos imediatamente nos anos 1850, já que, nessa década, em comparação com o decênio anterior, as terras em Alegrete aumentaram em apenas dois pontos percentuais sua participação no patrimônio produtivo. Com efeito, os dados do autor mostram que a acentuada valorização das terras ocorreu a partir da década de 1860, quando elas atingiram aproximadamente dois terços do valor dos bens produtivos, mesma representatividade examinada por Garcia para a década de 1870. Logo, com base nessas informações, podemos acreditar que o efeito da Lei de Terras sobre a valorização das terras na fronteira oeste do Rio Grande de São Pedro demorou ao menos uma década para se manifestar. Mas, para além disso, é preciso ressaltar que nos anos 1860 e 1870 a fronteira agrária aberta no início do século XIX com a conquista da região das Missões já estava em franco processo de fechamento, fato que influi na valorização das terras.

No tocante à Vila de São Borja, embora não tenhamos dados para além da década de 1850, o que podemos notar pelos números exibidos no quadro 1 é que tanto o rebanho total quanto os bens de raiz parecem seguir as tendência demonstradas por Farinatti. Ou seja, enquanto os bens de raiz aumentaram sua participação no universo de bens de produção, o rebanho total, apesar de oscilar, diminuiu consideravelmente sua fatia no patrimônio produtivo entre 1828 e 1858.

Logicamente que o gado se constituía em um bem econômico mais frágil do que os bens imobilizados, pois estava sujeito a pragas, a distúrbios climáticos e sofria com maior intensidade os efeitos do constante estado de guerra em que a província esteve inserida por boa parte do Oitocentos – mas, voltarei a estes três pontos (em breve). Sem dúvida, estes três fatores associados às conjunturas econômicas ditadas pelo complexo porto-charqueda do leste da

província (principalmente, Pelotas e Rio Grande), que, por seu turno, ligava a economia desta às áreas de *plantations* do sudeste e nordeste do Império, influenciaram muito na redução dos animais no universo de bens produtivos na fronteira oeste do Rio Grande de São Pedro.

Todavia, para além do retraimento do valor do gado como bem de produção nos inventários, o que os nossos dados, junto aos levantados por Farinatti, sugerem-nos é que, até o fim da década de 1850, as extensões territoriais da fronteira oeste da província estavam gradualmente se valorizando. E isto estava se dando, muito provavelmente, graças à consolidação e intensificação do povoamento brasileiro naquelas áreas, uma vez que, como pudemos ver, o efeito da Lei de Terras sobre o valor das terras não se fez sentir contiguamente a década de 1850, e ao progressivo fechamento da fronteira agrária. É preciso lembrar que, embora o povoamento tenha começado nas primeiras décadas do século XIX, ele tomou fôlego somente a partir dos anos 1830 e 1840.

Entretanto, mesmo com todas as oscilações que possa ter sofrido o valor do gado no decorrer do período colonial até meados do século XIX, em todo o Rio Grande de São Pedro, ou ainda, em uma importante região de pecuária como a fronteira oeste, a produção pecuária, em especial a bovina, despontava como o principal meio de geração de riqueza. Preocupados com a atividade criatória e em cumprimento a uma Portaria do dia 23 de janeiro de 1856, os subdelegados de polícia do 1º, 3º, 4º e 5º distritos da Vila de São Borja realizaram o levantamento do número de gado dos diferentes rebanhos existentes em cada um deles. Não localizei os dados para o distrito de São Patrício de Itaqui, não sei se não houve a preservação do documento, ou simplesmente o subdelegado não realizou a conferência dos rebanhos. Embora esta condição seja lamentável, entendo que a ausência dos dados para o 2º distrito não distorça a tendência esboçada pelos outros quatro distritos da Vila. A partir das informações prestadas pelos subdelegados, elaborei a tabela 1 que apresenta a quantidade absoluta e o percentual de gado de cada rebanho.

Tabela 1 – Distribuição dos rebanhos de gados da Vila de São Borja (1856)

	Cavalares	*Vacum*	Cabrum	Lanígero	Suíno	Total
1º Distrito da Vila de São Borja	5.966	62.846	199	13.476	934	83.421
2º Distrito da Cruz de Itaqui	não inf.	não inf.	não inf.	não inf.	não inf.	
3º Distrito de Camaquã	3.131	38.182	8.231	127	545	50.216
4º Distrito de São Francisco de Assis	14.158	22.245	59	4.757	899	42.118
5º Distrito de São Xavier	12.210	17.715	não inf.	3.685	455	34.065
Total	35.465	140.988	8.489	22.045	2.833	209.820
% de cada rebanho	17%	67%	4%	11%	1%	100%

Fonte: Correspondências expedidas pelas Subdelegacias de Polícia da Vila de São Borja. Fundo Segurança Pública, Maço 52, Arquivo histórico do Rio Grande do Sul (doravante, AHRS).

Esses números reforçam ainda mais a importância da pecuária bovina na região de São Borja. De acordo com a contagem realizada pelos subdelegados, o rebanho bovino constituía cerca de dois terços (67%) do gado manejado naquela Vila em meados dos anos 1850, muito além dos 17% alcançados pelo rebanho de gado cavalar, que foi o segundo mais numeroso. Pode-se comparar esses números com os vistos para a freguesia de Palmas, localizada no oeste da província do Paraná. Essa freguesia tinha como atividade principal a pecuária e também estava inserida num contexto fronteiriço, portanto, surge

como um ótimo referencial para situarmos o pastoreio da região das Missões em relação a outras áreas pecuaristas do Império brasileiro. Em um mapa estatístico elaborado em 1859, foi anotado que na dita freguesia havia 37 fazendas, nas quais existia um rebanho vacum de 25.200 (50%) animais, cavalar de 24.320 (48%), muar de 100 e 1.160 animais lanígeros (SIQUEIRA, 2010, p. 8). Confrontando esses números com os informados pelos subdelegados de polícia da Vila de São Borja, percebe-se que a pecuária desenvolvida na região das Missões era de envergadura bem maior do que a de Palmas, enquanto que o rebanho total na primeira passou de 200.000 cabeças, na segunda chegou apenas a 50.780. O fator de desequilíbrio foi o rebanho bovino que em São Borja era de quase 141.000 e representava 67% do total. Em Palmas, houve um equilíbrio entre os rebanhos bovino e cavalar, o que pode indicar uma importância expressiva da pecuária muar, uma vez que para esta produção eram necessários animais cavalares como as éguas para cria de mula. Não se pode esquecer também de que pelo oeste do Paraná passava a rota das tropas de mulas que eram levadas à Feira de Sorocaba, onde os animais muares eram vendidos para diversos pontos do Império. Ana Paula P. Siqueira (2010) apresenta-nos ainda os tamanhos dos rebanhos de Guarapuava, freguesia vizinha a Palmas, que possuía a mesma estrutura econômica: 32.400 animais *vacuns*, 26.500 animais cavalares, 200 muar e 3.000 lanígeros. Nota-se quase a mesma estrutura de Palmas, ou seja, um relativo equilíbrio entre rebanho bovino e cavalar, e um rebanho total (62.100 cabeças), bem aquém do averiguado na Vila de São Borja. Tomando por base essas comparações, podemos considerar que a estrutura pecuarista da região das Missões, embora não tivesse alcançado a mesma potencialidade da desenvolvida na região da campanha sul-rio-grandense, adquiriu uma envergadura bem expressiva para o conjunto das regiões de pastoreio do Brasil imperial.

Retornando àquela amostragem de 110 inventários *post-mortem*, identificamos a existência de gado *vacum* em 102 deles.[6] Com os dados obtidos neles, elaborei o Quadro 2, com o qual podemos ter uma noção mais clara da importância dos diferentes tipos de gado ao longo do tempo abordado por este estudo.[7]

Quadro 2 – Participação dos tipos de animais no rebanho total (Vila de São Borja, 1828-1858)

	1828-1840	1841-1850	1851-1858	1828-1858
Bovino	81%	66%	59%	66%
Equino	13%	22%	30%	24%
Ovino	5%	10%	9%	9%
Muar e Asinino	1%	2%	2%	1%

Fonte: Inventários *post-mortem* da Vila de São Borja (1828-1858) e do Distrito de São Patrício de Itaqui (1830-1858), Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, APERS.

O rebanho bovino foi de longe o mais representativo nos três recortes considerados. Os 66% de proporcionalidade do gado bovino verificado para todo o período estão em consonância com as informações prestadas pelos subdelegados de polícia no ano de 1856 (tabela 1), e com os apresentados por Paulo Zarth, que constatou que "[...] no município de São Borja, na região missioneira, o gado *vacum* representa 65% do plantel dos animais apontados nos inventários post-mortem, de 1851 a 1881" ([1994] 2002, p. 234).[8] Contudo, ao longo do período, a proporcionalidade do gado *vacum* apresentou uma tendência de queda, ao mesmo tempo em que o rebanho equino aumentava sua representatividade. Essa mesma tendência foi encontrada por Luís Augusto Farinatti ([2007] 2010, p. 110) para a localidade de Alegrete. Também por meio de inventários *post-mortem*, este autor averiguou que para três recortes temporais subsequentes, 1831-1840, 1841-1850 e 1851-1860, a representatividade do rebanho bovino foi de 84,6% para o primeiro período, 75,7% para o segundo e 62,7% para o terceiro. Tanto para o primeiro quanto para o último período, os valores encontrados estão próximos dos que averiguamos em São Borja.

Por sua vez, por meio da mesma documentação, Thiago Leitão de Araújo, estudando a região de Cruz Alta,[9] e abordando um largo período que se estende de 1834 a 1879, verificou que o gado bovino compunha em torno de 52% do rebanho total daquela região (2008, p. 42). Nas palavras deste autor, em Cruz Alta, os animais bovinos

"[...] nunca representaram muito mais que 50%, pelo menos até o final da década de 1870" (p. 42). Percebe-se, portanto, que a contar pela representatividade do rebanho bovino, a Vila de São Borja assemelhava-se mais com a realidade da região da campanha rio-grandense do que com a região do Planalto. Destacamos ainda que em sua investigação com foco em São Francisco de Paula (1850-1871), Luana Teixeira (2008) examinou que o gado bovino representava 67% do rebanho, o equino 21%, ovinos 7% e muares e asininos 5%, números bem semelhantes aos verificados para São Borja ao longo de todo o recorte temporal.

No que tange aos valores monetários, a valorização do gado *vacum* é ainda mais expressiva. Os números averiguados na Vila de São Borja em relação à representatividade do valor dos bovinos diante ao valor total de todos os rebanhos mostram que estes não acompanharam a tendência de queda da proporcionalidade no número de animais. O quadro 3 apresenta os valores levantados.

Quadro 3 – Proporção do valor do gado bovino em relação ao valor do rebanho total (Vila de São Borja, 1828-1858)

	1828 - 1840	1841 - 1850	1851 - 1858	1828 - 1858
Bovino	82%	74%	79%	78%

Fonte: Inventários *post-mortem* da Vila de São Borja (1828-1858) e do Distrito de São Patrício de Itaqui (1830-1858), APERS.

Para todo o período estabelecido, o valor do gado bovino representou 78% do valor total do rebanho, enquanto que a representatividade do mesmo no universo dos animais ficou em 66% (ver quadro 2). Luana Teixeira chegou a números muito semelhantes para São Francisco de Paula. A autora verificou que enquanto o valor dos animais *vacuns* batia na marca de 77%, a proporção destes em relação ao total de animais chegou a 67%.

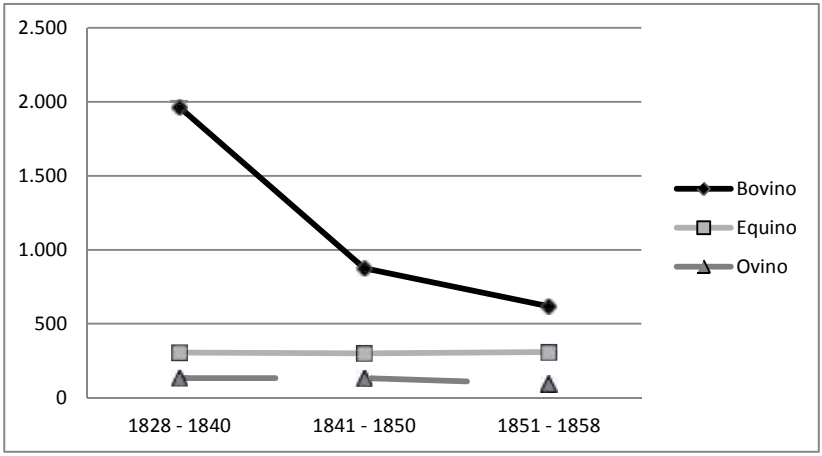
Ao longo do período, pode-se perceber que, embora tenha ocorrido uma variação negativa entre o primeiro e o segundo recorte, já no terceiro período, houve uma recuperação. É interessante notar também que, confrontando os dados do quadro 3 com os

apresentados no quadro 2, a proporcionalidade dos valores sempre foi maior que a proporcionalidade do rebanho em relação aos seus respectivos universos. Salvo entre 1828 e 1840, quando as distintas proporções foram quase iguais, 81% para o gado *vacum* e 82% para o seu valor, nos outros dois intervalos, a proporção do rebanho bovino esteve significativamente aquém do seu valor, 66% para o gado e 74% para o valor no segundo intervalo, enquanto que para o último recorte os números verificados foram de 59% para o gado e 79% para o seu valor.

Retomando a comparação com Alegrete, para esta localidade, Farinatti também averiguou um comportamento semelhante, embora os números encontrados por este autor, no que se refere à proporção do valor do animais *vacuns*, sempre tenham ficado acima dos examinados em São Borja. Para os três intervalos considerados (1831-1840, 1841-1850 e 1851-1860), esse autor constatou 88,4% para o primeiro, 84,6% para o segundo e 84,5% para o último. Também em Alegrete, nos dois últimos intervalos, as proporções do gado bovino ficaram consideravelmente abaixo da proporcionalidade dos seus valores (75,7% para o rebanho e 84,6% para o valor no segundo intervalo, e 62,7% para o rebanho e 84,5% para o seu valor no terceiro intervalo), enquanto que para o primeiro recorte, Farinatti encontrou valores aproximados (84,6% para o rebanho e 88,4% para o seu valor). Desse modo, a partir dos números encontrados para essas duas localidades (São Borja e Alegrete), apreendemos que mesmo que o rebanho bovino estivesse diminuindo e/ou perdendo espaço para a pecuária de animais cavalares a sua importância comercial se manteve em alta por todo o período considerado.

Mas mesmo tendo mantido sua importância comercial, os dados apresentados mostram que tanto em São Borja quanto em Alegrete a proporção de gado bovino foi diminuindo no decorrer dos recortes temporais abordados. O exame da evolução das médias de animais por inventário nos indica que não foi o aumento de outros rebanhos o fator de redução da proporcionalidade do gado *vacum* em relação ao número total de animais. O que de fato ocorreu foi uma aguda queda do rebanho bovino.

Gráfico 1 – Número médio de animais vacum por inventário (Vila de São Borja, 1828-1858)



Fonte: Inventários *post-mortem* da Vila de São Borja (1828-1858) e do Distrito de São Patrício de Itaqui (1830-1858), APERS.

No tocante ao gado bovino, de uma média de 1.963 animais no primeiro recorte, passou-se a uma média de 876 no segundo, realmente uma queda bastante acentuada. Além disso, do segundo para o terceiro período, o número médio de animais voltou a cair, chegando a 617 no último recorte. Ao mesmo tempo, tanto o rebanho de equinos quanto o de ovinos mantiveram-se constantes por todo o período.

Muitas podem ter sido as razões para este declínio do rebanho bovino nos meados do século XIX: a ampliação do número de estabelecimentos pastoris, a diminuição do tamanho dos rebanhos, das pragas nos animais e nas pastagens, as condições climáticas adversas e o contexto de guerra constante em que a província do Rio Grande de São Pedro estava imersa. Luís Augusto Farinatti, que por meio de procedimento idêntico também percebeu o mesmo comportamento nas médias dos rebanhos para Alegrete, demonstrou que estes três fatores foram em grande parte responsáveis pela intensa diminuição do rebanho bovino. Segundo Farinatti,

> [...] [o] declínio no percentual de vacuns deveu-se a uma verdadeira diminuição dos rebanhos bovinos e não apenas a uma elevação na presença de outros tipos de animais [...] a média de 3.833 vacuns por inventário, alcançada no primeiro período [1831 – 1840], despenca para 1.166 nos anos seguintes [1841 – 1850], e daí para o seu ponto mínimo, com 795 reses na década de 1850 [...] ([2007] 2010, p. 112).

Este autor coloca ainda que

> [...] o período que iniciou em 1840 foi especialmente aziago para a produção pecuária no município [de Alegrete]. Naquele ano, a duríssima combinação de uma forte seca com uma epizootia atingiu os rebanhos de várias localidades [...] os presidentes da província derramaram queixumes sobre a situação da pecuária em todo o Rio Grande do Sul no período posterior ao final da Revolução Farroupilha [1835-1845]. Falavam das secas, das pestes, do roubo do gado, dos efeitos tenebrosos da guerra recém-terminada. Todos dão conta de uma espantosa diminuição dos gados acontecida no período, que teria prejudicado fortemente a economia como um todo ([2007] 2010, p. 112).

Nos inventários abertos na Vila de São Borja e no Distrito de São Patrício de Itaqui, encontrei diversas referências a esses inúmeros problemas que a atividade pecuária enfrentava. Junto ao inventário de José Antonio de Castilho aberto em 1836, que ficou paralisado por oito anos "[...] por motivo de se paralisar todos os juízos por causa da presente luta [Revolução Farroupilha] [...]",[10] encontrei uma solicitação de vistoria para fossem revistos os bens descritos no inventário e reavaliá-los. No ano de 1844, a viúva inventariante, Dona Manoela Roiz de Jesus, explicava que

> [...] este inventário não se ultimou, e tendo decorrido o espaço de oito anos entremeio, acontece que por motivo da *peste*, por motivo *dos partidos* e por *todas as causalidades que são expressamente*

> *notórias; tem diminuído os bens descritos no dito inventário: os artigos gado, cavalos redomões, e bois mansos*, e como a Suplicante não teve culpa nem descuido na demora deste inventário, lhe é muito pesado continuar o dito inventário, com tamanhas faltas, que hoje se acham nos bens referidos. (grifos nossos)

De fato, as perdas descritas pela inventariante foram bastante significativas: se em 1836 o seu patrimônio contava com um rebanho bovino com 1.460 animais entre reses mansas, chucras e bois mansos avaliados em 5.392.000 (cinco contos trezentos e noventa e dois mil réis), em 1844, havia apenas 1.012 animais avaliados em 3.284$000 (três contos duzentos e oitenta e quatro mil réis). Isto refletiu-se em uma perda de 2.108$000 (dois contos cento e oito mil réis) em um monte-mor que havia atingido a marca de 9.852$280 (nove contos oitocentos e cinquenta e dois mil réis) em 1836. A inventariante teve perdas ainda com o rebanho de animais cavalares, também acometido por uma perda de 59 animais. De um total de 149 contados em 1836, avaliados em 768$600 (setecentos e sessenta e oito mil e seiscentos réis), em 1844, foram arrolados apenas 90, avaliados em 428$200 (quatrocentos e vinte e oito mil e duzentos réis), o que representou mais um prejuízo de 340$400 (trezentos e quarenta mil e quatrocentos réis). Mas os prejuízos de Dona Manoela Roiz de Jesus não pararam por aí, e não ficaram restritos aos animais. Na descrição e avaliação dos bens, em 1836, foi relacionado "um escravo crioulo de nome Bernardo, de idade doze anos, campeiro, com defeito de fujão", avaliado em 400$000 (quatrocentos mil réis), porém, na vistoria de 1844, descreveu-se o seguinte sobre o dito cativo, que já estaria por volta dos vinte anos de idade: "[...] um escravo crioulo de nome Bernardo, campeiro, com defeito de fujão, o qual hoje se acha nas forças dos rebeldes, o qual tinha sido avaliado na quantia de quatrocentos mil réis". Esta menção a forças rebeldes é uma referência aos farroupilhas. Com a fuga de Bernardo para as fileiras dos revoltosos, a viúva inventariante sofria mais um revés em seu patrimônio.[11]

Por meio deste exemplo, percebe-se no mínimo dois fatores que influenciaram na drástica redução dos rebanhos após a década de 1830: pestes e as consequências de um dos inúmeros conflitos

que atormentavam a província naquele período. Sobre o primeiro problema, encontrei outra referência no inventário de Joaquim Batista da Silva aberto no ano de 1858.[12] Anexo a esse inventário consta a prestação de contas da administração do espólio dos herdeiros menores de idade. Essa prestação de contas foi realizada três anos após a abertura do inventário, isto é, em 1861. As informações contidas nessas contas foram prestadas por Prudenciano Batista da Silva, procurador da viúva inventariante, Dona Helena Maria Feliciana, a qual era também tutora da herança de seus filhos menores de idade. Especificamente na conta do órfão Antonio Batista da Silva, que em 1861 tinha doze anos e vivia junto com sua mãe e tutora, o procurador colocou "[...] que a diminuta produção que a sua constituinte apresenta, *mormente* nas ovelhas, é devido ao *péssimo campo em que elas estão* e a *peste* que tem havido" (grifos nossos). Ainda que o procurador tenha feito alusão específica ao baixo rendimento do rebanho de ovinos, ele teve o cuidado de colocar que este se dava *mormente* neste rebanho. Ou seja, embora a baixa produção tenha sido maior na criação de ovelhas, fato que deve ter sido potencializado por estas terem sido alocadas em um *péssimo campo*, outros rebanhos, mesmo não colocados em *péssimos campos*, muito provavelmente, apresentaram uma produção aquém daquela que seria normalmente aceita, e isto, em boa medida, deve ter tido como um dos fatores responsáveis por alguma epizootia que vinha atingido os rebanhos da região.

Outro fator que contribuiu e muito para a diminuição dos rebanhos foi as condições climáticas adversas, especialmente os longos período de estiagens. Se, em 1840, como colocou Farinatti, uma forte seca combinada com uma praga afetaram os rebanhos por toda a província ([2007] 2010, p. 113), parece que em fins da década de 1850 e início da década de 1860 as más condições climáticas e a peste, exposta no exemplo anterior, voltavam a causar dificuldades à produção pastoril, ao menos, na região de São Borja. Na prestação de contas de administração da herança de uma órfã chamada Balduína, de quinze anos, em 1864, documento que está incorporado ao inventário de Francisca Antonia Ribeiro, aberto no ano de 1858, o tutor da dita herdeira, João José Pinto, explicava que:

> [...] os poucos bens de sua tutelada não tinham tido grandes rendimentos em consequência do último ano em que *não houve quase produção pelos maus tempos*, e que assim mesmo, ficaram em ser incluídos o casco tanto do gado chucro como do manso que formam hoje um número de cento e quarenta reses, doze éguas em cria de potros e cinquenta ovelhas.[13] (grifos nossos)

Infelizmente, não encontrei informações que viessem a nos esclarecer sobre do que se tratavam os *maus tempos* registrados pelo tutor. Assim, não pude saber se se referiam a um período de seca, ao excesso de chuvas, ou ainda a geadas num inverno bastante rigoroso etc. Todavia, o que me interessa demonstrar com esses exemplos é que as pragas e os distúrbios do clima castigavam os rebanhos da província, senão perenemente, ao menos ciclicamente.

Por outro lado, os constantes conflitos que eclodiam no Rio Grande de São Pedro também contribuíram significativamente para o decréscimo do rebanho bovino. Em primeiro lugar, é preciso ter em mente que a guerra foi uma condição permanente desde o início do povoamento luso-brasileiro no Continente de São Pedro, ainda no século XVIII, até meados do século XIX, quando este já compunha o Império do Brasil como uma de suas províncias. Somente no decorrer do período de interesse desta investigação (1828-1859) ocorreram a Guerra da Cisplatina (1825-1828), a Revolução Farroupilha (1835--1845) e a Guerra contra Oribe e Rosas (1851-1852). Mas como bem destaca Luís A. Farinatti,

> [...] os intervalos entre guerras não significavam tranquilidade: em geral, nessas épocas, combates estavam sacudindo o Uruguai ou as províncias argentinas de Corrientes [que fazia fronteira com São Borja na margem ocidental do rio Uruguai] e Entre Rios, com reflexos concretos na Fronteira Meridional do Brasil. E mais, naqueles momentos, as mobilizações de efetivos e o sentido de alerta diminuíam, mas não desapareciam. As autoridades e os habitantes da fronteira sabiam que, mais cedo ou mais tarde, outra guerra podia estourar. Findos os combates, os exércitos ficavam na província,

> os desertores se escondiam nos matos, os desmobilizados podiam permanecer nas vilas e campos, tudo isso entrava nas preocupações das autoridades militares e dos administradores civis. Em razão desses fatores, a militarização assumiu, em terras rio-grandenses, um papel de extrema relevância, provavelmente, maior do que em qualquer outra província do Império ([2007] 2010, p. 203).

Com efeito, o viajante francês Arsène Isabelle registrou, em 23 de novembro de 1833, ano em que não havia nenhum conflito deflagrado na província, que Itaqui "[...] tinha sido invadida completamente pelo Uruguai [refere-se ao rio], e os habitantes, em pequeno número, começavam a regressar, depois de terem bivacado oito dias numa colina vizinha" (2006, p. 225). Esta é somente uma de incontáveis referências ao contexto de constante belicosidade no qual o Rio Grande de São Pedro estava inserido. Este contexto bélico, por sua vez, afetava de forma direta o processo produtivo. Aquela significativa contração das médias do gado *vacum* por inventário averiguadas em São Borja (ver gráfico 1) e Alegrete se processou em meio a um contexto em que os recrutamentos desviavam muitos braços produtivos para as atividades bélicas. Sobre este fato, Farinatti observa que

> [...] a guerra desfalcou os rebanhos em virtude das carneações e das dispersões de animais, causadas pela passagem dos exércitos, da dificuldade de vigilância que tornava mais simples a ação de bandos de ladrões de gado (boa parte deles desertores daquela mesma guerra) e, sobretudo, da falta de gente e cavalos para costear os animais e impedir que se evadissem ([2007] 2010, p. 115).

O autor analisa ainda o caso de Ana Tavares Leiria, que havia enviuvado duas vezes e era mãe de onze filhos. Em 1849, ela abriu o inventário dos seus dois finados maridos, declarando que "[...] com a revolução que sofreu a Província e pestes perdeu todos os animais que possuía, ficando reduzida a necessidade" ([2007] 2010, p. 115). Farinatti esclarece ainda que

> [...] não é possível saber exatamente quantos animais a viúva Ana Tavares possuía nos anos imediatamente anteriores à crise da década de 1840, mas o testamento de seu primeiro marido, que se encontra em anexo [ao inventário], informa que, em 1832, o casal possuía cerca de 500 cabeças de gado vacum. Pela avaliação dos bens no inventário aberto em 1849, sabe-se que, naquela data, o rebanho estava reduzido a apenas 25 reses ([2007] 2010, p. 115).

Quase vinte anos antes da declaração de Ana Tavares, encontrei, no inventário do finado João Manoel Pereira do Valle, aberto no ano 1832, uma conta anexada três anos após a abertura do processo, que se referia a uma dívida

> [...] que em 1829, o finado [...] contraiu com Manoel da Silva Pereira do Lago, e por ela mostra o dito Valle dever o seguinte: [...] 40 novilhos [...] para fornecimento das praças que se achavam destacadas no passo de São Nicolau, Santo Izidro e Ibaroquê, [e] despesas feitas com os mesmos novilhos por três vezes. Vila de São Francisco de Borja, 1º de Agosto de 1835.[14]

Creio, portanto, que os dados obtidos para a localidade de São Borja reforçam aqueles verificados por Farinatti para Alegrete e, assim, consolidam ainda mais os argumentos defendidos por esse autor, e com os quais concordo. Isto é, mesmo que tenha havido uma considerável ampliação do número de estâncias e a diminuição dos seus tamanhos, ao longo do Oitocentos, a vertiginosa queda das médias do rebanho bovino por inventário não pode ser explicada somente por estes dois fatores. Como mostra a documentação, pestes, condições climáticas adversas e o permanente estado de guerra em que o Rio Grande de São Pedro se achava foram fatores que se combinaram com aqueles outros para acarretar a tão acentuada redução do rebanho *vacum* no decorrer do período abordado.

Pecuária bovina e desigualdade socioeconômica

Em que pese todas as dificuldades que a pecuária enfrentava, não restam dúvidas de que ela se mantinha como a atividade produtiva principal tanto na campanha rio-grandense quanto na região das Missões. Por sua vez, dentre os distintos rebanhos, o gado bovino se erigia como o principal produto e riqueza da região. Sendo assim, o controle deste bem por determinados estratos sociais era um dos inúmeros fatores de produção de desigualdade econômica e social. Helen Osório esclarece que a análise da distribuição do gado vacum não só informa sobre os tamanhos de rebanho mais frequentes e sobre a concentração da atividade criatória, como também, se configura e um índice da hierarquização econômico-social vigente na sociedade sul rio-grandense. De tal modo, se faz importante examinar de que forma os animais *vacuns* estiveram distribuídos entre os criadores da região. Na tabela 2, pode-se conferir como o gado *vacum* esteve distribuído de acordo com as diferentes faixas de dimensão do rebanho.

Tabela 2 – Distribuição do rebanho bovino entre os produtores (Vila de São Borja, 1828-1858)

Dimensões do rebanho bovino	1828-1858					
	Inventários			Gado vacum		
	Nº	%		Nº	%	
Até 100	25	25	60%	1.145	1	10%
De 101 a 500	35	35		8.353	9	
De 501 a 1000	12	12	25%	7.915	8	28%
De 1001 a 2000	13	13		17.890	19	
De 2001 a 5000	13	13	15%	37.301	40	62%
Mais de 5000	3	2		20.740	22	
	101	100		93.344	100	100

Fonte: Inventários *post-mortem* da Vila de São Borja (1828-1858) e do Distrito de São Patrício de Itaqui (1830-1858), APERS.

Os dados da tabela 2 apontam para duas características principais da pecuária bovina naquela região: primeira, a atividade criatória de gado bovino era amplamente disseminada pelo tecido social; segunda, havia uma profunda desigualdade no que tange à posse dos animais *vacuns*.

Não entraram na amostra que compõe a tabela 2 apenas oito inventários de sujeitos que não possuíam gado *vacum*, além do processo de Silberto Teixeira da Luz, que possuía apenas dois animais *vacuns* e nenhum outro tipo de animal.[15] Contudo, daqueles oito indivíduos, quatro deles possuíam animais de algum outro rebanho, e em três casos o número de animais era suficiente para considerá-los como criadores.[16] Assim, se estes nove tivessem sido acrescentados à amostra, o percentual de inventários de indivíduos não criadores de gado *vacum* seria de aproximadamente 9%. Portanto, 91% das pessoas inventariadas na Vila de São Borja entre 1828 e 1858 se dedicavam ao pastoreio de animais *vacuns*. Se fosse ainda considerar aqueles três inventários de criadores de outros tipos de rebanhos, ver-se-ia que cerca de 95% dos inventariados praticavam ao menos um tipo de atividade pecuária.

Antes ainda de analisar os dados expostos na tabela 2, e estabelecer as devidas comparações, é preciso levar em conta, novamente e de forma mais detalhada, o que Helen Osório definiu para aqueles produtores que possuíam rebanhos com menos de 101 animais. A autora constatou que produtores com rebanhos menores do que 101 animais *vacuns* não podiam tirar o sustento para si e seu grupo familiar apenas com os rendimentos oriundos do pastoreio, ou seja, invariavelmente teriam que desenvolver outra atividade econômica, a qual, na grande maioria dos casos, era a agricultura. Com base no Censo de 1784, Osório verificou que "[...] os produtores denominados como 'lavradores' possuíam, em média, 61 desses animais [...] [e] se dedicavam prioritariamente à agricultura" ([1999] 2007, p. 105) [grifos da autora]; e, dentre aqueles com menos de 101 animais, "[...] 82,6% dos proprietários com ocupação declarada eram 'lavradores' e possuíam em média 37 cabeças de gado" ([1999] 2007, p. 105) [grifos da autora].[17] Enfim, Osório defende que um criador com mais de 101 animais poderia viver apenas com o rendimento obtido com a criação, não sendo, inevitavelmente, forçado a desenvolver outra

atividade econômica. Obviamente que isso não quer dizer que esses criadores não desempenhassem outras atividades econômicas como a criação de outros rebanhos ou, ainda, atividades agrícolas que foram comuns em boa parte dos estabelecimentos produtivos da região.

Passo, enfim, aos dados da tabela 2, embora tenha estabelecido seis faixas de dimensões de rebanho. Para efeito de análise, considerarei apenas três grupos de criadores, são eles: pequenos criadores, aqueles que possuíam rebanhos com até 500 animais; médios criadores, que eram donos de rebanhos de 501 a 2000 animais; e, por fim, grandes criadores, os quais detinham mais do que 2000 animais.[18]

Para o período colonial (1765-1815), Helen Osório apurou que, a quem chamamos de pequenos criadores, representavam 78% dos criadores, mas detinham apenas 17% do gado. Grandes e médios criadores constituíam 22% dos proprietários, concentrando 83% do rebanho. Por sua vez, Thiago Leitão de Araújo (2008) percebeu que Cruz Alta, já no período monárquico (1834-1879), apresentava uma distribuição da posse do rebanho *vacum* semelhante à vista por Osório para o período colonial. O autor mostrou que os pequenos criadores compunham 88% dos criadores e que tinham posse de 42% do rebanho. Consequentemente, os outros 12% eram de grandes e médios proprietários que detinham 58% dos animais. Entre 1850 e 1871, Luana Teixeira (2008) constatou que, em São Francisco de Paula, 83% dos criadores estavam na faixa dos pequenos, e totalizavam 36% dos animais. Entre grandes e médios, Teixeira apurou que formavam 17% dos criadores e acumulavam 64% do rebanho. Portanto, percebe-se que, também na região serrana, já no terceiro quartel do século XIX, repetia-se a tendência de distribuição da posse do gado vista por Osório no período colonial. Por sua vez, para a região da campanha sul rio-grandense, entre 1831 e 1870, Luís A. Farinatti verificou que os pequenos eram 56,9% dos produtores e que possuíam 12,9% dos animais; os médios criadores representavam 25,4%, e eram donos de 33,8% do rebanho; e os grandes criadores somavam 17,7%, detendo 53,3% do gado.

Pelos dados expostos, percebe-se que a região de Alegrete era a que apresentava uma estrutura de posse de gado mais próxima daquela averiguada para a região de São Borja, onde os pequenos criadores representavam 60% e detinham 10% do gado; os médios

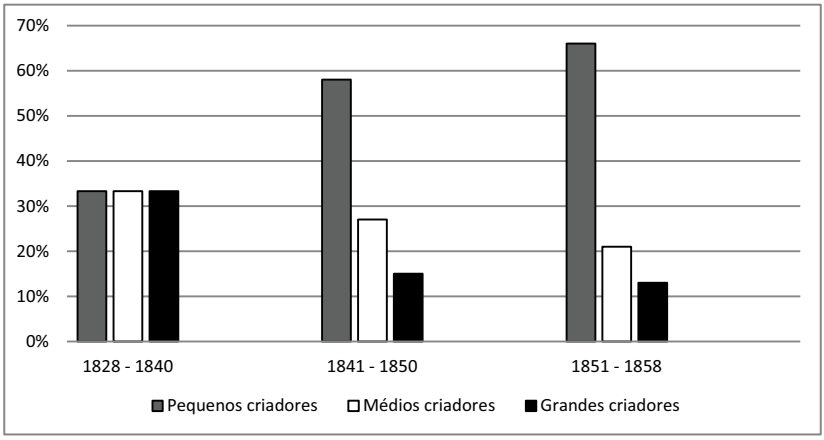
formavam 25% dos pecuaristas e possuíam 28% dos animais; sendo que os grandes criadores totalizavam cerca de 15% dos produtores e concentravam 62% do rebanho. A contar por esta estrutura de posse de gado, mais uma vez constatei que a matriz produtiva da região de São Borja se assemelhava mais à região da Campanha do que à região do Planalto. Vale ressaltar que já havia verificado esta aproximação quando examinei a representatividade do rebanho bovino frente ao universo total de animais. No entanto, em que pese os desvios e as diferenças oriundas das peculiaridades temporais e locais, parece-nos que a disseminação da atividade pastoril aliada a uma aguda concentração da posse dos rebanhos se reiterou por boa parte do Oitocentos em diversas regiões do Rio Grande de São Pedro. Tanto em São Borja quanto no Planalto, na Serra e, inclusive, na Campanha, havia uma significativa parcela de pequenos criadores que dividiam entre si uma parte diminuta do rebanho. Além disso, vale ressaltar que os inventários são fontes que tendem a representar os estratos sociais mais bem aquinhoados, uma vez que em muitas ocasiões os escassos bens de sujeitos e/ou famílias pobres não entravam em inventário devido aos custos do processo. Ou seja, muito provavelmente, a quantidade de pequenos produtores naquele universo seria consideravelmente maior do que os números obtidos pelos inventários.

Se, em termos de patrimônio, esses produtores não tinham muita expressão, em outras esferas sociais como a política, a guerra e a vida religiosa, só para citar três exemplos, eles eram bastante representativos. Sendo assim, eles eram atores fundamentais para a vida política, já que os eleitos precisavam dos votos de muitos desses pequenos produtores para se eleger; os chefes militares necessitavam deles para engrossar as fileiras de suas tropas; e a Igreja Católica carecia-lhes como fiéis para conservar a legitimidade social de sua doutrina. Enfim, os responsáveis pelos mais diversos departamentos da sociedade precisavam levar em consideração as expectativas destes sujeitos que compunham uma verdadeira multidão. Caso essas expectativas fossem frustradas ou se, ao menos, não fossem levadas em conta por aqueles, o prestígio de outrora (político, guerreiro, religioso etc.) poderia cair em desgraça frente aos sujeitos que compunham seus cabedais sociais. E isso, consequentemente,

acarretaria a perda de credibilidade e, até mesmo, a perda da própria legitimidade social.

Para refinar a análise, apresentaremos a distribuição do rebanho entre os produtores ao longo do tempo. Mais uma vez, desdobrarei nosso recorte temporal em três intervalos. Este procedimento permitirá examinar as transformações ocorridas na distribuição do gado de acordo com as faixas de dimensão dos rebanhos e, a partir disso, terei melhores subsídios para avaliar como a estrutura da atividade pastoril se transformou ao longo das três décadas que abordamos. No gráfico 2, que segue abaixo, exibimos como se processou a representatividade dos diferentes produtores segundo a envergadura do seu rebanho bovino.

Gráfico 2 – Participação dos criadores de acordo com a dimensão do rebanho (Vila de São Borja, 1828-1858)



Fonte: Inventários *post-mortem* da Vila de São Borja (1828-1858) e do Distrito de São Patrício de Itaqui (1830-1858), APERS.

Os números do primeiro intervalo mostram um grande equilíbrio. Cada faixa de criador atingiu 33% de representatividade. Para os períodos posteriores, o que se nota é o expressivo aumento da proporção dos pequenos criadores, em conjunto com a significativa redução da participação dos grandes e médios produtores, embora estes últimos tenham tido uma retração mais moderada. Em alguns

aspectos, os números que apurei se assemelham aos levantados por Luís A. Farinatti para Alegrete. O dado mais notável averiguado por este autor foi a importante contração na representatividade dos grandes criadores. De 38% alcançados nos anos 1830, década em que chegaram a ser a maioria dos produtores, eles despencaram para 12% e 9% nas décadas posteriores, respectivamente. O inverso se deu com os pequenos criadores que, segundo Farinatti, "[...] partiram de cerca de 35% na década de 1830, passando para 53% na seguinte, e daí, para 61% no terceiro período [década de 1850]" ([2007] 2010, p. 152). A diferença das transformações verificadas em São Borja e Alegrete ocorreu com o comportamento visto para os médios produtores. Enquanto que na primeira eles tiveram uma considerável, e contínua, diminuição na sua participação, saindo de 33%, passando por 27% e chegando em 21%, na segunda, aumentaram sua proporção se levados em consideração o primeiro, no qual representavam 27%, e o último intervalo, em que eram cerca de 30%, embora tenham atingido em torno de 32% no segundo intervalo. Para Farinatti,

> [...] um dos aspectos que influiu nessa dificuldade de reprodução de estabelecimentos pecuários de enorme envergadura foi a crise conjuntural sofrida pela pecuária na fronteira na década de 1840. [...], a alta média de reses por inventário, [...], na década de 1830, despencou nos decênios seguintes sem conseguir jamais retornar aqueles patamares. Esses fatores, ajudam a explicar o incremento dos medianos criadores na década de 1840, estrato inchado por uma parcela dos grandes criadores, que viram seus rebanhos se reduzirem de maneira importante, sob as dificuldades impostas pela nefasta conjunção de guerras, epizootias e secas que abalou a economia da região e fez sentir sua influência até os primeiros anos da década de 1850 ([2007] 2010, p. 152).

Se em Alegrete a crise da atividade pastoril fez com que certa parte dos grandes criadores tenha tido seu rebanho reduzido, causando o dilatamento do estrato dos médios produtores, seguindo a mesma linha de raciocino de Farinatti, posso sugerir que em São

Borja os médios criadores foram tão – ou mais – prejudicados quanto os grandes. Explica-se: tendo em vista que boa parte dos grandes criadores que perdiam animais acabava por engrossar o grupo dos médios produtores, para que este tenha sofrido uma diminuição, frequente e considerável, em sua representatividade, tal como ocorreu em São Borja, teria sido necessário que um grande número deles tenha perdido significativa parte de seus rebanhos.

Mas a explicação para o grande aumento dos pequenos criadores ao longo do tempo passa também pela forma peculiar de como se processou a ocupação das terras na região das Missões ao longo de toda a primeira metade do século XIX. Mais de uma vez já referi que o início do povoamento luso-brasileiro na fronteira oeste do Rio Grande de São Pedro se deu nas primeiras décadas do Oitocentos, e que a sua a intensificação e consolidação se acelerou entre as décadas de 1830 e 1850. Entre 1801 e fins dos anos 1850, as formas de ocupação das terras passaram por muitas transformações e, com isso, a própria estrutura socioeconômica e produtiva da região ia se modificando. E não se pode desprezar o papel desempenhado pela guerra, e pela militarização, no processo de ocupação do território sul-rio-grandense como um todo e, particularmente, na fronteira oeste. De acordo com Farinatti,

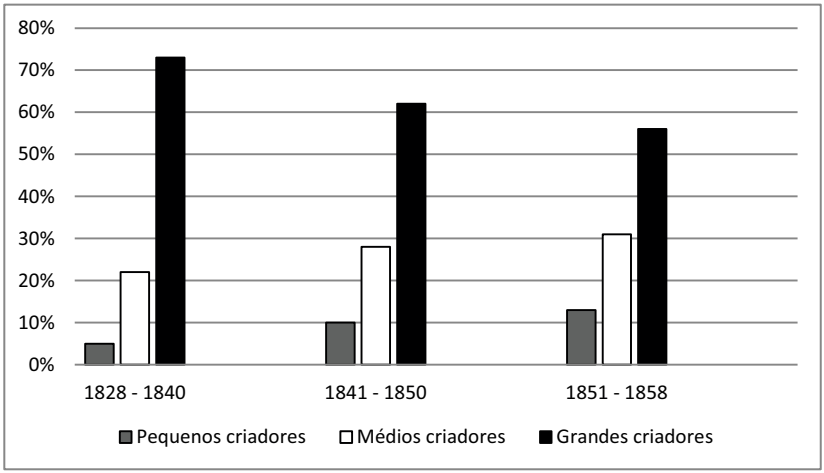
> [...] naquele universo, os comandantes militares tinham ingerência sobre *doações de terras*, repartição de gado, recrutamento de combatentes, abastecimento das tropas, passagem de animais e mercadorias pela fronteira, além da política regional. Todos estes fatores tinham implicações diretas na economia pecuária e na vida social ([2007] 2010, p. 152) [grifos nossos].

De fato, como demonstrou Paulo Zarth ([1994] 2002), os grandes latifúndios pastoris constituíram-se durante a primeira metade do Oitocentos, principalmente nas três primeiras décadas, momento em que se investiu sobre a fronteira agrária aberta com a conquista da região das Missões, e quando os comandantes militares desfrutavam do auge do seu prestígio social e perante o Estado.[19] Portanto, a significativa participação de grandes proprietários de gado na década de 1830 em São Borja (ver gráfico 2) e Alegrete

retratam esta conjuntura de formação das grandes propriedades pecuaristas. Por conseguinte, com os desdobramentos do processo de ocupação, – a consolidação e intensificação do povoamento luso-brasileiro naquele espaço e o progressivo fechamento da fronteira agrária –, e com os problemas que provocaram a diminuição do rebanho bovino, entre fins dos anos 1820 até fins dos anos 1850, houve o expressivo aumento dos pequenos criadores na fronteira oeste da província.

Sabe-se, portanto, como se transformou a estrutura produtiva da pecuária no tocante à participação dos criadores no universo de pecuaristas. Precisa-se, agora, identificar como se modificou no tempo a concentração do gado segundo as envergaduras dos criadores.

Gráfico 3 – Concentração do gado de acordo com a dimensão do rebanho (Vila de São Borja, 1828-1858)



Fonte: Inventários *post-mortem* da Vila de São Borja (1828-1858) e do Distrito de São Patrício de Itaqui (1830-1858), APERS.

Para elaborar uma análise fidedigna sobre as transformações pelas quais passou a concentração do gado na região das Missões, faz-se necessário relacionar os dados do gráfico 3 com aqueles já apresentados no gráfico 2. Em suma, o gráfico 2 mostrou que, ao mesmo tempo em que a participação dos pequenos criadores no

universo dos produtores aumentou expressivamente nas décadas de 1840 e 1850, a representatividade dos grandes e médios reduziu-se bastante, sendo que a queda foi mais acentuada na proporção dos maiores pecuaristas.

Sendo assim, examinado isoladamente, o gráfico 3 passa a imagem de que teria havido uma tímida desconcentração do gado, já que exibe uma tendência de paulatina redução da concentração de animais nos grandes rebanhos e um consequente aumento da posse de gado entre os médios e pequenos criadores. Todavia, cotejando os dados dos dois gráficos (2 e 3), percebe-se que o que de fato ocorreu, no decorrer daquelas três décadas, foi a manutenção de uma profunda desigualdade na distribuição do rebanho. Enquanto que, no primeiro intervalo, os grandes criadores, que compunham 33% do total dos produtores, detinham 73% dos animais, no último período, eles concentravam 56%, mas representavam apenas 13% dos criadores. Por outro lado, os pequenos pecuaristas que no primeiro intervalo também representavam 33% dos criadores e possuíam 5% do gado, na década de 1850, formavam impressionantes 66% dos produtores e eram donos de apenas 13% do rebanho.

Portanto, podemos perceber que se, por um lado, a composição da estrutura produtiva alterou-se – passando de uma realidade de forte equilíbrio entre a representatividade de cada grupo de produtores para outra em que se destacava o expressivo número de pequenos produtores e um reduzido número de médios e grandes criadores –, por outro, a desigualdade na distribuição do gado se conservou e, talvez, tenha até mesmo se acentuado. A atividade pastoril atraiu, gradativamente, ao longo do período abordado, uma multidão de pequenos produtores. Não obstante, foi constante a concentração de parte significativa dos animais nos rebanhos dos grandes criadores, os quais, por sua vez, tornaram-se cada vez menos representativos diante o universo de produtores. Enfim, pode-se dizer que, na região das Missões, assim como na Campanha, erigiu-se uma hierarquia pastoril em que uma pequena elite pecuarista convivia com uma larga base composta por muitos pequenos produtores, entre os quais se encontravam uma significativa parcela de produtores que forçosamente necessitavam desenvolver outra atividade econômica além da pecuária de gado bovino.

Encerrando a análise sobre a pecuária bovina, faz-se necessário colocar que outra característica bastante significativa da pecuária da região das Missões foi que a grande maioria dos produtores tinha a propriedade da(s) terra(s) onde criavam seus animais. Dos 101 criadores analisados, 93 eram proprietários de bens de raiz rurais, este número corresponde a um percentual de 92%. Somente há criadores sem a posse de terras entre os pequenos produtores. Neste grupo, em todo o período (1828-1858), em torno de 87% dos criadores eram donos de terras. Um dado bastante eloquente sobre o acesso à posse da terra nesta região, que corrobora com a apreciação feita por Maximiliano Mac Menz. Em um artigo, Menz (2002), utilizando-se de inventários *post-mortem*, comparou as Vilas de São Borja e Alegrete entre 1834 e 1844. Para esta, ele constatou a significativa presença de grandes criadores, os quais eram proprietários de terras. Já na faixa de pequenos produtores, a maioria não as possuía, e no grupo dos médios criadores, boa parte também não era proprietária de terras. Por outro lado, para a Vila de São Borja, além de verificar que todos os médios e grandes criadores possuíam terras, Menz averiguou grande presença de produtores de menor envergadura (comparados aos criadores de Alegrete), sendo que a maior parte desses pequenos proprietários detinha a posse de terras. Nas palavras de Menz,

> [...] as diferenças quanto à concentração de terras propícias à criação nas duas regiões são acentuadas. Enquanto que na zona de São Borja a grande maioria, inclusive os donos de pequenos rebanhos, as possuía, em Alegrete até mesmo proprietários de mais de 5.000 cabeças não chegavam a possuir terras, sem falar dos pertencentes ao grupo 1 [pequenos criadores] – nos inventários analisados não havia algum que tivesse terras de criação. A opção dos donos de pequenos rebanhos sem terra era submeter-se aos grandes proprietários, pagando o uso da terra com renda em trabalho, em produtos ou em dinheiro (2002, p. 165).

Tomando em conjunto os dados que apresentei e as informações coletadas no texto de Menz, mesmo cientes de que este autor

considerou o intervalo de 1834 a 1844, pode-se perceber que, se em Alegrete os pequenos criadores estavam atrelados aos grandes, já que tinham dificuldade de se tornarem proprietários de campos de criação, em São Borja (onde, entre 1828-1858, 87% dos pequenos criadores eram donos de bens de raiz rurais), eles teriam maior autonomia diante dos grandes pecuaristas, uma vez que significativa parcela deles conseguiu se tornar proprietária de terras. Revela-se, portanto, a existência de uma estrutura fundiária que comportava uma grande quantidade de pequenos proprietários de terras ao lado de uma acanhada elite terratenente, a qual concentrava em seu poder amplas extensões territoriais, onde, sem dúvida, encontravam-se os melhores campos para a criação.

Considerações finais

De forma sucinta, destaco nestas considerações finais aqueles que me parecem os principais pontos que caracterizaram o pastoreio bovino na região das Missões no período abordado. Em primeiro lugar, segundo as informações contidas nos inventários *post-mortem*, a pecuária constituiu-se na principal atividade produtiva desenvolvida na região das Missões. Por seu turno, dentre os distintos rebanhos, aquele de gado *vacum* foi amplamente predominante, fato que indica que este tipo de criação era mais rentável do que a pecuária muar e cavalar e, portanto, constituiu-se como a principal fonte de geração de riqueza.

Embora no período abordado o rebanho bovino tenha se reduzido consideravelmente, o seu alto prestígio comercial conservou-se. Isto, por sua vez, manteve a criação de animais *vacuns* como o processo produtivo de maior rentabilidade. Diversos fatores estão envolvidos na diminuição do rebanho *vacum* que ocorreu em meados do Oitocentos. As pestes que recaíam sobre os animais e as pastagens, as condições climáticas adversas e o contexto de guerra constante em que a província do Rio Grande de São Pedro se encontrava entre os fatores que mais contribuíram para castigar a pecuária da região.

Outro ponto que precisa ser enfatizado é que o controle do rebanho bovino se conformava em uma das principais formas de

hierarquização econômico-social. Nesse sentido, os dados analisados apontam que, do mesmo modo que, na maioria das regiões do Rio Grande de São Pedro, na região das Missões, a pecuária bovina era largamente disseminada pelo tecido social, mas, ao mesmo tempo, havia uma profunda desigualdade na posse das cabeças de gado. Ali uma diminuta elite pecuarista convivia com uma larga base de pequenos produtores, entre os quais se encontravam uma significativa parcela de modestos produtores que necessariamente tinham que se dedicar a outra atividade econômica para além do pastoreio bovino. Essa hierarquia pastoril manteve intacta ao longo de todo período analisado uma estrutura produtiva marcada pela forte concentração da posse dos animais *vacuns*. Em uma perspectiva comparativa, pode-se argumentar que a pecuária bovina da zona das Missões era mais modesta do que a desenvolvida na região da Campanha, onde encontravam-se os melhores campos para a atividade pastoril, porém maior do que a praticada na região do Planalto.

Essa estrutura econômico-produtiva refletia na hierarquia social. Se, por um lado, os grandes pecuaristas desfrutavam de maior prestígio social e, em boa parte dos casos, acumulavam poder político e militar, por outro, os pequenos produtores, mesmo sem grande expressão patrimonial, detinham muita relevância em outras esferas sociais (como na política, na guerra e na vida religiosa) devido à sua enorme representatividade social. Portanto, era necessário considerar os anseios destes atores sociais. Nesse sentido, o malogro das expectativas deles poderia causar a perda do prestígio (político, guerreiro, religioso etc.), credibilidade e legitimidade social que os componentes das elites outrora detinham.

Por fim, no tocante à posse dos campos de criação, sublinha-se que, comparado à região da Campanha (onde os modestos produtores tinham dificuldade de se tornarem proprietários de terras, ficando, por isso, sujeitos aos grandes criadores), na região das Missões, os pequenos criadores acabaram por conquistar maior autonomia diante dos grandes terratenentes, pois significativa parte deles conseguiu adquirir lotes de campos. Desse modo, erigiu-se uma estrutura fundiária em que uma miríade de pequenos proprietários de terras dividia espaço com poucos latifundiários que possuíam os melhores campos para a criação.

THE BOVINE GRAZING IN THE REGION OF MISSIONS: RIO GRANDE DE SÃO PEDRO, 1828-1858

Abstract: This text aimed to analyze the structure of the bovine pastoral activity at the Missões region, which is located in the western border of the Rio Grande de São Pedro, province of southern Brazil Imperial. The exam was developed by quantitative and sequential exam of *post-mortem* inventories opened at Vila São Borja Between 1828 and 1858. Creating great incomes, the *vacum* livestock was established as the main productive activity of such space, it was qualified by its inequable distribution of the bovine cattle through the universe of the producers. In a comparative table, it was verified that the bovine herd of the Missões area was more modest than the one developed in the area of the Campanha sul rio-grandense and with more range than the one practiced at the Planalto region.

Keywords: Livestock. Cattle *vacuum*. XIX century. Serial and quantitative method. *Post-mortem* inventories.

Notas

[1] Pode-se dizer que esta região compreendia significativa parte da atual fronteira oeste do Rio Grande do Sul. Nesta pesquisa, concentramo-nos na análise do território que corresponde à Vila de São Borja. Ver mapa em anexo.

[2] Este quadro comparativo foi elaborado através da confrontação de nossos resultados de pesquisa com os estudos de ARAÚJO, T. L. de. *Escravidão, fronteira e liberdade:* políticas de domínio, trabalho e luta em um contexto produtivo agro-pecuário (vila de Cruz Alta, província do Rio Grande do Sul, 1834-1884). Porto Alegre: PPGH/UFRGS, 2008. Dissertação (Mestrado); e FARINATTI, Luis Augusto E. *Confins Meridionais:* famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825-1865). Santa Maria: Editora da UFSM, [2007] 2010. Enquanto Araújo focou sua investigação na Vila de Cruz Alta, na região do planalto sul rio-grandense, as análises de Farinatti recaíram sobre a Vila de Alegrete, localizada na região da campanha sul rio-grandense. Portanto, salvo indicação específica, sempre que estivermos nos referindo às regiões do Planalto ou da Campanha, estamos fazendo referência aos trabalhos destes autores.

[3] Devido ao grande número de inventários *post-mortem* abertos nos cartórios da Vila de São Borja entre os anos de 1828 e 1859 (aqui estão compreendidos os inventários abertos no Distrito de São Patrício de Itaqui), lemos todos os inventários abertos nos anos pares. Ao todo foram examinados 129 processos, destes, 19 foram excluídos da amostragem, ficando, portanto, 110 inventários. Em termos gerais, as exclusões deveram-se às poucas informações contidas nos documentos.

Em treze casos, por exemplo, o processo foi aberto, porém, acabou não havendo a descrição dos bens; em outros dois casos não havia entre o patrimônio descrito bens rurais ou itens de produção agropastoril; em outros dois ainda eram processos complementares a inventários abertos em anos anteriores; um estava incompleto; e, por fim, em um só havia o registro de dívidas ativas.

[4] Garavaglia (1999), Osório ([1999] 2007) e Farinatti ([2007] 2010) também utilizaram-se de procedimentos semelhantes. Farinatti apurou a participação dos bens econômicos nos inventários *post-mortem*. Nesta análise específica, tenho como principal referência a tese de Helen Osório ([1999] 2007, p. 106-113), que averiguou a participação dos bens produtivos por estabelecimento produtivo. No entanto, devido à dificuldade de poder tomar cada inventário como uma unidade produtiva da mesma forma que fez Osório (p. 105), preferimos verificar a participação dos bens produtivos por inventário, e não por *estância*, como fez a autora. Para efetuar tal método, tive que excluir o inventário de João Manoel Pereira do Valle, aberto em 1832, tendo em vista que devido ao avançado estágio de deterioração de algumas laudas não se pode identificar em quanto havia sido avaliado diversos bens, fato que impossibilitou que se pudesse chegar ao monte-mor e calcular a proporção dos distintos bens de produção em relação a ele.

[5] Aqui especificamente, para termos uma noção mais ampla da evolução dos índices de participação dos imóveis rurais e gado nos inventários *post-mortem* de Alegrete, estamos levando em consideração o último intervalo abordado pela pesquisa de Farinatti, 1861 a 1870. Intervalo que, em outros momentos, não foi considerado, pois não coincide com o recorte temporal de nossa investigação.

[6] A partir daqui, incluímos o inventário de João Manoel Pereira do Valle, aberto em 1832. Se em futuras análises necessitarmos, novamente, excluirmos este inventário ou ainda algum outro, esta decisão será devidamente notificada.

[7] Aqui preferimos dividir o recorte temporal de nossa pesquisa em três intervalos para enriquecer a análise diacrônica e, também, para tornar a comparação dos resultados com a pesquisa de Luís A. Farinatti mais inteligível.

[8] Zarth compôs sua amostra com todos os inventários de um a cada cinco anos.

[9] Região do planalto rio-grandense localizada a leste e nordeste de São Borja (ver mapa 2) que se caracterizava por uma paisagem agrária com campos nativos recortados por significativas áreas florestais. Sobre a História agrária da região do planalto rio-grandense, ver Zarth ([1988] 1997).

[10] Inventário de José Antonio Castilho. Fundo 102, Comarca de Missões, localidade: São Borja, Subfundo: Vara da família e sucessão, ano: 1836, processo nº: 09, APERS. Todas as próximas informações foram retiradas deste documento, quando formos utilizar outro documento, este será detalhadamente referenciado.

[11] Sobre o recrutamento de escravos durante a Guerra dos Farrapos, ver: CARVALHO (2010; 2010a; 2011).

[12] Inventário de Joaquim Batista da Silva. Fundo 074, Comarca de São Borja, localidade: São Borja, Subfundo: Vara da família e sucessão, ano: 1858, processo nº: 127, APERS. Todas as próximas informações foram retiradas deste documento. Quando formos utilizar outro documento, este será detalhadamente referenciado.
[13] Inventário de Antonia Francisca Ribeiro. Fundo 074, Comarca de São Borja, localidade: Itaqui, Subfundo: Vara da família e sucessão, ano: 1858, processo nº: 074, APERS.
[14] Inventário de João Manoel Pereira do Valle e sua mulher Marianna Antônia de Araújo. Fundo 003, Comarca do Rio Grande do Sul, localidade: Itaqui, Subfundo: Vara de família, ano: 1832, processo nº: 02, APERS.
[15] Além disso, seus bens eram compostos de instrumentos agrícolas e atafona, portanto, acreditamos que esse indivíduo se dedicava quase que exclusivamente à agricultura.
[16] Francisco Penteado, Escolástica Penteado e Lauriana Penteado possuíam 164 animais cavalares. Antônio José Guimarães detinha 161 animais cavalares, 40 ovelhas, 8 mulas e um burro echor. Jose de Souza Nunes tinha 40 animais cavalares. Não consideramos como criadora Joana Dias que possuía apenas 4 animais cavalares.
[17] Na nota 83 da página 113, a autora coloca ainda que "além de 464 'lavradores', encontravam-se nessa faixa (de até 100 cabeças de gado) pessoas com as seguintes ocupações: 'mais lavoura que criação' (41); 'criador' (21); 'planta para o sustento de sua casa' (10); artesão (10); 'criador e lavrador' (3); [...]" ([1999] 2007, p. 113) [grifos da autora].
[18] Estabelecemos essas faixas com base na classificação elaborada por Farinatti ([2007] 2010, p. 149-150).
[19] Farinatti percebeu que do início até meados do século XIX os chefes militares (e demais potentados locais) passaram por um processo de redução de seu poder e prestígio, enquanto a estrutura burocrática estatal se enraizava, consolidando o Estado Imperial brasileiro. Entretanto, o autor ressalva que, "os poderes dos comandantes militares sofreram transformações, mas não desapareceram. Eles seguiram influenciando a economia e a reprodução da hierarquia social". ([2007] 2010, p. 224).

Referências

ARAÚJO, T. L. de. *Escravidão, fronteira e liberdade:* políticas de domínio, trabalho e luta em um contexto produtivo agropecuário (vila de Cruz Alta, província do Rio Grande do Sul, 1834-1884). Dissertação (Mestrado). Porto Alegre: PPGH/UFRGS, 2008.

CARVALHO, D. V. de. "Os rebeldes tem conseguido ativar eficazmente os recrutamentos de escravos em todos os distritos que estão de posse": o recrutamento de escravos na Revolução Farroupilha (Brasil Meridional, séc. XIX). In: *Anais do I Simpósio Internacional de Estudos sobre a Escravidão Africana no Brasil*, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2010.

_____. "Remeto para a Corte os pretos por achar perigosa a Conservação deles na Província": A Trajetória de Libertos pela Guerra (Revolução Farroupilha, séc. XIX). In: ABREU, Martha; PEREIRA, Matheus Serva (Orgs.). *Caminhos da Liberdade:* histórias da Abolição e do Pós-Abolição. Niterói: PPGH/UFF, 2010;

_____. Da fuga dos exércitos à fuga para os exércitos: Meandros das estratégias cativas em tempos de guerra no sul do Império (Guerra Civil Farroupilha, séc. XIX). In: MUGGE, Miquéias; COMISSOLI, Adriano (Org.). *Homens & armas:* recrutamento militar no Brasil – século XIX. São Leopoldo: OIKOS, 2011.

FARINATTI, L. A. E. *Confins Meridionais:* famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825 – 1865). Santa Maria: Editora da UFSM, [2007] 2010.

GARAVAGLIA, J. C. *Pastores y Labradores de Buenos Aires:* una historia agraria de la campaña bonaerense (1700-1830). Buenos Aires: Edicioines de la Flor, 1999.

GARCIA, G. B. *O Domínio da Terra:* conflitos e estrutura agrária na campanha rio-gran-dense oitocentista. Dissertação (Mestrado). Porto Alegre: PPGH/UFRGS, 2005.

ISABELLE, A. *Viagem ao Rio da Prata e ao Rio Grande do Sul*. Tradução e nota sobre o autor Teodemiro Tostes; introdução de Augusto Meyer. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2006.

MENZ, M. M. O Rio Grande do Sul na primeira metade do século XIX: atividades pecuárias na fronteira oeste. In: *História UNISINOS*, v. 6, n. 5, 2002, p. 159-174.

OSÓRIO, H. *O império português ao sul da América:* estancieiros, lavradores e comerciantes. Porto Alegre: Editora da UFRGS, [1999] 2007.

SIQUEIRA, A. P. P. *Cativeiro e Dependência na Fronteira de Ocupação:* Palmas, PR, 1850-1888. Dissertação (Mestrado). Florianópolis: PPGH/UFSC, 2010.

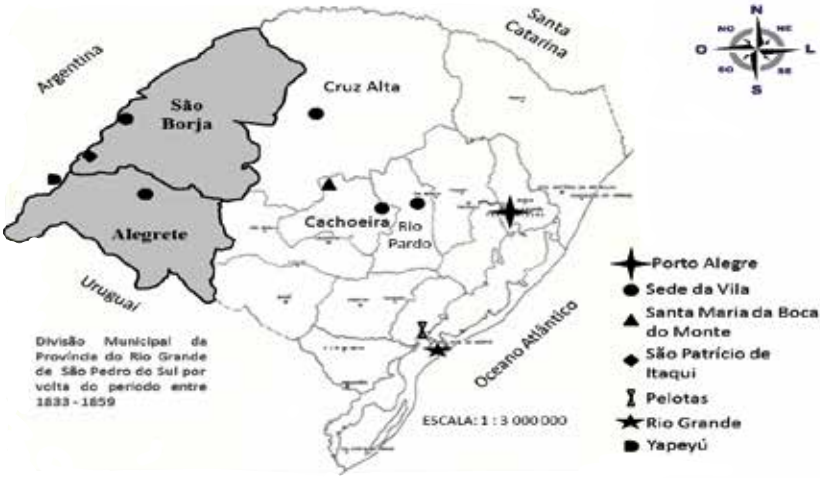
TEIXEIRA, L. *Muito mais que senhores e escravos:* relações de trabalho, conflitos e mobilidade social em um distrito agropecuário do sul do Império do Brasil (São Francisco de Paula de Cima da Serra, RS, 1850-1871). Dissertação (Mestrado). Florianópolis: PPGH/UFSC, 2008.

ZARTH, P. A. *Do Arcaico ao Moderno:* as transformações no Rio Grande do Sul rural do século XIX. Passo Fundo: Editora da UPF, [1994] 2002.

_____. *História agrária do planalto gaúcho – 1850-1920*. Ijuí (RS): Editora da Unijuí, [1988] 1997.

ANEXO

Mapa – Divisão municipal da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul (1833 – 1859)



Fonte: Adaptação de Mapas Temáticos do Rio Grande do Sul: Divisão Municipal – 1841; Miron Zaions, 1979.

Recebido em:12/07/2013
Aprovado em:15/09/2013